

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2016

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO

MORADA: Rua do Bacêlo, nº 72

LOCALIDADE: Couto - S. Miguel

FREGUESIA: Couto - S. Miguel

CONCELHO: Santo Tirso

COD. POSTAL: 4780-262


(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

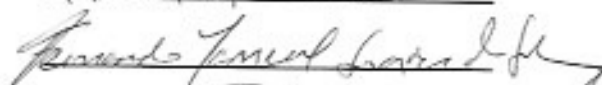
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Couto - S. Miguel

Couto - S. Miguel

ASSINATURAS:








ASSINATURA DO PRESIDENTE




Rosendo

31 DEZEMBRO DE 2016
 Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	141 352,27	142 104,21
		141 352,27	142 104,21
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	10.7	0,00	6 163,21
Diferimentos	10.1	188,26	219,34
Outros ativos correntes	10.3	28 667,46	22 713,59
Caixa e depósitos bancários	10.2	106 327,66	104 103,74
		135 183,38	133 199,88
Total do ativo		276 535,65	275 304,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.4	86 865,15	86 865,15
Resultados transitados	10.4	20 467,82	13 424,93
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	123 786,25	123 786,25
		231 119,22	224 076,33
Resultado líquido do período		22 801,52	7 042,89
Total dos fundos patrimoniais		253 920,74	231 119,22
Passivo			
Passivo corrente			
Diferimentos		5 905,35	0,00
Outros passivos correntes	10.1	16 709,56	44 184,87
		22 614,91	44 184,87
Total do passivo		22 614,91	44 184,87
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		276 535,65	275 304,09

A Direcção

Contabilista Certificado

Joaquim F. S. Nunes

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

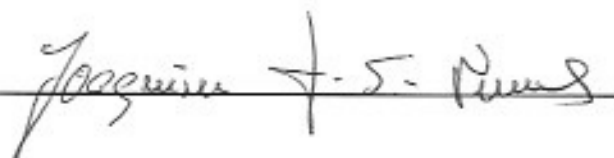
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 016	2 015
Vendas e serviços prestados	7	15 665,86	9 866,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8 / 10.7	934,18	7 152,06
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	7 256,23	5 777,95
Fornecimentos e serviços externos	10.8	4 073,29	6 454,59
Ganhos por aumentos de justo valor	10.11	48,52	98,05
Outros rendimentos	10.9/10.12	19 035,37	3 519,69
Outros gastos	10.10	420,95	302,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 562,64	8 100,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	1 131,94	1 057,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 430,70	7 042,89
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		22 801,52	7 042,89
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		22 801,52	7 042,89

A Direcção

Contabilista Certificado




Entidade: Centro Social São Rosendo
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 505707233

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		15 665,86	9 866,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		-7 256,23	-5 777,95
Resultado Bruto		8 409,63	4 088,05
Outros Rendimentos		20 018,07	10 769,80
Gastos administrativos		-5 205,23	-7 512,09
Outros Gastos		-420,95	-302,87
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22 801,52	7 042,89
Gastos de financiamento (líquidos)			
Resultado antes de impostos		22 801,52	7 042,89
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		22 801,52	7 042,89

A Direção

O Contabilista Certificado

Centro Social São Rosendo
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

M (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		39 179,48	46 669,14
Caixa gerada pelas operações		-39 179,48	-46 669,14
Outros recebimentos/pagamentos		26 218,40	70 962,81
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-12 961,08	24 293,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		380,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		15 370,82	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		14 990,82	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		194,18	6 302,06
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		194,18	6 302,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 223,92	30 595,73
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		104 103,74	73 508,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.2	106 327,66	104 103,74

A Direção

O Contabilista Certificado





CENTRO SOCIAL SÃO ROSENDO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Inventários	11
7	Rédito	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
10	Outras Informações	12
10.1	Diferimentos	12
10.2	Caixa e Depósitos Bancários	12
10.3	Outros ativos correntes	13
10.4	Fundos Patrimoniais	13
10.5	Estado e Outros Entes Públicos	13
10.6	Outros passivos correntes	14
10.7	Subsídios, doações e legados à exploração	14
10.8	Fornecimentos e serviços externos	14
10.9	Outros rendimentos	15
10.10	Outros gastos	15
10.11	Aumentos /Reduções justo valor	15
10.12	Resultados Financeiros	16
10.13	Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

O Centro Social São Rosendo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, pela inscrição nº 85/05, a fl.195 do livro nº 10 das Associações de Solidariedade Social efetuado em 5 de Julho de 2005.

Tem sede na Rua do Bacelo, freguesia de São Miguel do Couto e concelho de Santo Tirso.

Visa promover a realização de atividades de apoio à terceira idade e juventude.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizados pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Equipamento de Transporte	5 250,00	0,00	0,00	0,00	5 250,00
Equipamento Básico	270,00	380,00	0,00	0,00	650,00
<i>Investimentos em curso</i>	139 741,71	0,00	0,00	0,00	139 741,71
Ativo Tangível Bruto	145 261,71	380,00	0,00	0,00	145 641,71
Depreciações Acumuladas					
Equipamento de Transporte	3 150,00	1 050,00	0,00	0,00	4 200,00
Equipamento Básico	7,50	81,94	0,00	0,00	89,44
Depreciações Acumuladas	3 157,50	1 131,94	0,00	0,00	4 289,44
Ativo Tangível Líquido	142 104,21	- 751,94	0,00	0,00	141 352,27

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Compras – Bar Utentes	7 256,23	5 777,95
Total	7 256,23	5 777,95

7 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2016	31-12-2015
Prestação de Serviços	15 665,86	9 866,00
Quotas do Utilizadores	12 446,86	6 640,00
Quotas e Jóias	3 219,00	3 226,00
Outros Rendimentos	3 664,55	3 519,69
Festas e Subscrições	3 664,55	3 519,69
Juros Obtidos	15 370,82	0,00
Total	34 701,23	13 385,69

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2016			2015		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
CM Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00	0,00	395,00		0,00	0,00
Junta Freguesia Santo Tirso	Não Reembolsável	0,00	0,00	300,00		0,00	850,00
CM Santo Tirso (edifício)	Não Reembolsável	123 786,25	0,00	0,00	123 786,25	0,00	0,00
Total		123 786,25	0,00	695,00	173 786,25	0,00	850,00

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	188,26	219,34
Total	188,26	219,34
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	5 905,35	0,00
Total	5 905,35	0,00

10.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	801,36	832,44
Depósitos à Ordem	39 790,65	37 535,65
Depósitos a Prazo	65 735,65	65 735,65
Total	106 327,66	104 103,74

10.3 Outros ativos correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
Instrumentos Financeiros		
Santander Totta – Aforro	0,80	0,80
Santander Totta – Fundos Investimento	22 762,11	22 712,79
Total	22 762,91	22 713,59
Entidades do Setor Público Administrativo		
IEFP	5 905,35	0,00
Total	5 905,35	0,00
Total	28 667,46	22 713,59

10.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2016:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	86 865,15	0,00	0,00	86 865,15
Resultados Transitados	13 424,93	7 042,89	0,00	20 467,82
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	123 786,25	0,00	0,00	123 786,25
Total	224 076,33	7 042,89	0,00	231 119,22

10.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
IVA - A Recuperar	0,00	6 163,21
Total	0,00	6 163,21

10.6 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos :		16 709,56		44 184,87
João Álvaro Rocha - Arquitectos	0,00	9 107,81	0,00	9 107,81
Póvoas & Associados - Engenheiros	0,00	7 601,75	0,00	35 077,06
Total	0,00	16 709,56	0,00	44 184,87

10.7 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	695,00	850,00
Doações e heranças (donativos, etc.)	239,18	6 302,06
Total	934,18	7 152,06

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

10.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	459,02	428,90
Materiais	26,95	105,77
Energia e fluídos	126,24	355,92
Serviços diversos	2 914,55	5 564,00
Encargos com Utentes	546,53	0,00
Total	4 073,29	6 454,59

10.9 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	3 664,55	3 519,69
Juros Obtidos	15 370,82	0,00
Total	19 035,37	3 519,69

Os rendimentos suplementares dizem respeito a rendimentos obtidos na rubrica de "Festas e Subscrições".

10.10 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Imposto Circulação	65,45	65,17
Imposto S/ valor acrescentado	80,50	92,00
Taxas	200,00	0,00
Multas Fiscais	75,00	145,70
Total	420,95	302,87

10.11 Aumentos /Reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2016 e 2015 aumentos e reduções de "justo valor" nas seguintes rubricas:

Descrição	2016	2015
Em instrumentos financeiros		
Ganhos por aumentos de justo valor	48,52	98,05
Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00
Total	48,52	98,05

10.12 Resultados Financeiros

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Juros e Outros Rendimentos Similares		
Juros Obtidos	15 370,82	0,00
Total	15 370,82	0,00

10.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Couto – S.Miguel, 31 de dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção

